

# O ACOLHIMENTO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO

*THE WELCOME OF THE FAMILY IN SPECIAL EDUCATION AND THE ROLE OF THE PSYCHOPEDAGOGUE*

*EL RECIBIMIENTO DE LA FAMILIA EN LA EDUCACIÓN ESPECIAL Y EL PAPEL DEL PSICOPEDAGOGO*

Elisa Maciel Ferreira Lustosa<sup>1</sup>  
Elaine Oliveira Santos<sup>2</sup>

## Resumo

O presente estudo teve como objetivo geral identificar a importância do acolhimento da família do estudante da educação especial e o papel que o psicopedagogo exerce nesse processo. A partir de uma análise bibliográfica de pesquisas realizadas em tal temática foram elaboradas as considerações das autoras. Identificou-se que a escola concentra a maior parte de suas ações na integração e inclusão do aluno. Esta pesquisa mostrou a relevância de a família ser incluída nas atividades de acolhimento para ser atendida pela escola tanto quanto o aprendiz. Ficou evidenciado que o psicopedagogo é um profissional que faz diferença na articulação destes elementos para que ocorra um impacto positivo sobre o processo de ensino-aprendizagem do aluno de educação especial e em sua relação social com a comunidade escolar. Mostrou-se que a família bem acolhida e segura se torna participativa nas atividades da escola e consegue mensurar os resultados efetivos de desenvolvimento do estudante. Observou-se ainda que o professor e demais profissionais quando recebem o suporte psicopedagógico necessário para a rotina e acompanhamento das situações de educação especial, alcançam seus objetivos educacionais com maior eficiência.

**Palavras-chave:** Educação especial. Inclusão. Família. Psicopedagogo.

## Abstract

The present study aimed to identify the importance of welcoming the family of the special education student and the role that the psychopedagogue plays in this process. Based on a bibliographic analysis of research carried out on this theme, the authors' considerations were elaborated. It was identified that the school concentrates most of its actions on the integration and inclusion of the student. This research showed the relevance of the family being included in the welcoming activities to be attended by the school as much as the learner. It was evidenced that psychopedagogues are professionals who makes a difference in the articulation of these elements so that there is a positive impact on the teaching-learning process of the special education students and on their social relationship with the school community. It was shown that the well-received and safe family becomes participative in the school's activities and can measure the student's effective development results. It was also observed that the teacher and other professionals, when they receive the necessary psycho-pedagogical support for the routine and monitoring of special education situations, they achieve their educational objectives with greater efficiency.

**Keywords:** Special education. Inclusion. Family. Psychopedagogy.

## Resumen

Este estudio tuvo como objetivo general identificar la importancia del recibimiento dado a la familia del estudiante de la educación especial y el papel que el psicopedagogo ejerce en ese proceso. A partir de una revisión bibliográfica de investigaciones hechas sobre el tema, se elaboraron las consideraciones que las autoras presentan en este trabajo. Se pudo constatar que la escuela concentra gran parte de sus acciones en la integración e inclusión del alumno. Esta investigación demuestra la relevancia de incorporarse a la familia en las actividades de acogida, para que ella sea atendida por la escuela de la misma forma que el estudiante. Queda evidenciado que el

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Psicopedagogia – Uninter. E-mail: elisamaci@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Especialista – Uninter. E-mail: elaine.sa@uninter.com.

psicopedagogo es un profesional que hace la diferencia en la articulación de esos elementos para que se produzca un impacto positivo sobre el proceso de enseñanza-aprendizaje del alumno de educación especial y en su relación social con la comunidad escolar. Se comprueba que la familia bien recibida y segura se hace participativa en las actividades de la escuela y logra percibir los resultados efectivos en el desarrollo del estudiante. Se pudo observar, todavía, que el docente y demás profesionales, cuando reciben el apoyo psicopedagógico necesario para la rutina y seguimiento de las situaciones de educación especial, logran alcanzar sus objetivos de forma más eficiente.

**Palabras-clave:** Educación especial. Inclusión. Familia. Psicopedagogo.

## 1 Introdução

Esta pesquisa partiu da reflexão sobre a relevância do atendimento na escola à família de alunos de educação inclusiva como reforço de seu desenvolvimento escolar e social. Seu objetivo foi identificar a importância do acolhimento da família do estudante da educação especial e o papel que o psicopedagogo exerce nesse processo.

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na sociedade e na vida escolar continua sendo um tema amplamente discutido. Após um passado de segregação, quando eram tidas como anormais, incapazes intelectualmente e na convivência social, buscase na atualidade a implementação de ações para que o processo de ensino-aprendizagem seja bem-sucedido.

A pesquisa observa que outras questões precisam ser tratadas quando o assunto é inclusão de uma pessoa de educação especial. Uma de maior relevância é a familiar. A família oferece a primeira formação para seu filho. Assim, a parceria colaborativa entre família-escola contribuirá para a efetivação dos processos definidos para o atendimento deste estudante. Entende-se que, para que isto ocorra, ela própria deve ser acompanhada e atendida.

Corroborando essa premissa, Moriña (2010, p. 17) afirma que “a inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas”. As mudanças ocorrerão quando no sistema de ensino houver o comprometimento de toda a sociedade junto com os participantes da comunidade escolar: professores, família e alunos.

Podemos dizer que a inclusão vai além da integração ou inserção das pessoas com necessidades especiais em salas de aula ou no ambiente escolar. Ela perpassa pela relação com a família e a sociedade. Segundo Sasaki (2005, p. 21), “para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros”.

Como a escola faz um papel social indispensável nesse fator, tem necessidade da colaboração de profissionais especializados, focados na articulação de todos os participantes. No caso desta pesquisa, o profissional estudado em suas ações é o psicopedagogo. Como afirma

Bossa (2000, p. 90) a escola é “participante desse processo de aprendizagem que inclui o sujeito em seu mundo sociocultural. Ela é, com efeito, a grande preocupação da psicopedagogia em seu compromisso de ação preventiva”.

O psicopedagogo irá atuar nos processos pedagógicos e de articulação das relações do aprendente com seus professores, familiares, amigos da escola e comunidade escolar em geral, a partir de acompanhamentos preventivos e de orientação para a aprendizagem.

É importante salientar que a família do educando especial traz um histórico de adaptação. Entre o nascimento ou adoção do filho e a chegada na escola, existiu uma sequência de acontecimentos que necessitaram de aceitação e acolhimento desse filho com diagnóstico de uma necessidade especial e dela mesma. Conforme Glat (1996, p. 114) descreve, “o nascimento de uma criança com deficiência poderá gerar algumas peculiaridades, como a ambivalência de sentimentos e luto pela criança fetal esperada”.

O presente estudo pretende mostrar que a inclusão não será gerada somente com processos pedagógicos que buscam alcançar sucesso de desenvolvimento cognitivo no aprendente, mas também com o desembaraço da relação da família com as características do seu filho, com a escola onde ele está inserido e com as pessoas com as quais socialmente irá se relacionar, dentro e fora do contexto escolar, o que deve ocorrer dentro de um caminho de acolhimento e atendimento adequado. Apontará ainda, que o psicopedagogo assume um papel fundamental intermediando todo esse processo, a partir do momento que se reconhece em sua formação a convergência dos estudos e técnicas da psicologia e da pedagogia, voltando seu olhar para o indivíduo que aprende e suas relações.

## **2 Inclusão escolar e educação especial**

A Constituição Federal do Brasil desde 1988 institui o direito à educação para as pessoas com necessidades especiais, porém foi na década de 90 que políticas públicas e movimentos começaram a surgir com maior força em defesa de um processo de educação inclusiva destes alunos.

Apesar da aprovação de leis que garantem os direitos à escola, convívio social e inclusão da pessoa com necessidades especiais, ainda se percebe a demanda de debate sobre o tema, pois a exclusão e a segregação ainda existem e muitas vezes de forma perversa. Em algumas situações, por parte das famílias de educandos que não são considerados com tais características, em outras pelos próprios familiares na não aceitação da condição deste aluno, ou ainda pela comunidade escolar, representada por seus professores e colaboradores.

Essa é a chamada barreira humana que deve ser transposta e a escola, em sua função eminentemente educadora e transformadora, deve participar com a implementação da inclusão escolar por meio de ferramentas metodológicas, adaptação do espaço escolar e material humano qualificado e especializado — como o psicopedagogo — para que a inclusão seja efetiva e plena.

Quando se pergunta quem são os educandos da educação especial, obtém-se a resposta na alteração da Lei 12.796/13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, originalmente do ano de 1996, que identificou em seu artigo 4, inciso III a proteção legal sobre “os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2013).

Esse é o público-alvo de todo o processo de inclusão e para o qual mundialmente vêm se estabelecendo regras sobre como proceder e assegurar o direito à educação a todos sem distinção, como a Declaração de Salamanca (1994) e, no Brasil, a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2000).

Em 1994 foi reafirmado o compromisso, no encontro da UNESCO, com a Educação Para Todos, “reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (UNESCO, 1994).

Após a Declaração de Salamanca, normatizações oficializaram-se no Brasil e no mundo, orientando os rumos da educação inclusiva. Além da LDB 9.394/96, surgiu a Resolução CNE/CEB nº 2/01, que instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; entre outros tem-se na atualidade o Decreto 7.611/11, que dispõe sobre educação especial e o atendimento educacional especializado.

Apesar de todos os diplomas legais assegurando os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, a implementação desses direitos nas escolas de todo o Brasil apresenta déficits no atendimento adequado às demandas existentes.

Segundo Omote (2008, p. 24), a inclusão na educação “exige uma grande revisão nas práticas pedagógicas tradicionais”. A escola necessita rever posições e metodologias de ensino que atendam à diversidade. Precisa fornecer aos seus profissionais de ensino a possibilidade de receber formação continuada, para que possam se qualificar na atenção à demanda de uma educação especial inclusiva de fato, além do acesso aos profissionais especializados, como o psicopedagogo, para ter suporte multidisciplinar no atendimento às variáveis que ocorrem.

Como se atenta nos estudos, o foco da inclusão sempre está no estudante. Esta pesquisa vem provocar a reflexão para além disso, para a família, pois a relação família-escola é apontada

como um importante fator de influência no processo de inclusão nas salas de aula das escolas regulares; vale pensar ainda que esta necessidade não se dá somente nas salas, mas nas diferentes atividades e espaços de aprendizado e socialização com a comunidade escolar e a sociedade que a cerca ou que ela envolve.

O compromisso da família nesse processo, de acordo com Maturana e Cia (2015, p. 351), dependem de alguns fatores como “percepções dos pais sobre o papel da escola no desenvolvimento da criança, tipo de apoio e suporte ofertados pela escola, concepções da escola sobre a criança com deficiência, políticas educacionais, estaduais, municipais, entre outros, variando em relação à etapa educacional da criança”.

Avançamos na pesquisa para o segundo momento — a relação família do educando com necessidades educacionais especiais e a escola —, observando a escola como a ponte de ligação sociocultural do aluno com o mundo que o cerca.

### **3 A relação família-escola de um educando com necessidades especiais**

A família é a primeira instituição social com a qual uma pessoa tem contato e dela recebe valores, crenças e princípios como primeiros elementos formativos para a convivência com outros grupos sociais. Normalmente, o próximo espaço de influência será a escola.

Parte-se do pressuposto que os dois espaços, família e escola, em conjunto com outros grupos, buscam assegurar a continuidade e o bem-estar, o desenvolvimento integral e proteção da criança. Como afirma Santos (1999):

No que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir um compromisso com a reciprocidade. De um lado, a família, com sua vivência e sabedoria prática a respeito de seus filhos. De outro, a escola com sua convivência e sabedoria não menos prática a respeito de seus alunos. É preciso entender que esses mesmos alunos são também os filhos, e que os filhos são (ou serão) os alunos. Dito de outra forma: cabe às duas instituições mais básicas das sociedades letradas o movimento de aproximação num plano mais horizontal, de distribuição mais igualitária de responsabilidades. (SANTOS, 1999, p. 5)

Como produto dessa relação, aparece um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, com seus conflitos, problemas, diferenças, mas com possibilidades de crescimento e alcance de excelentes resultados para todos.

Com isto é possível perceber a afirmação de Rego (2003 apud POLONIA; DESSEN, 2007, p. 22) que diz que “a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão”.

A pesquisa revela o quanto a família e a escola são instituições fundamentais para a formação das pessoas em todas as áreas. Assim, pode-se afirmar que para um educando de educação inclusiva, a relação colaborativa delas se faz indispensável para a efetivação da aprendizagem e das relações sociais.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 2) expressa a necessidade de envolvimento da família no processo de inclusão, ao estimular que as escolas “(...) encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organização de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisões concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais”.

A escola, para tornar-se inclusiva, precisa encontrar o eixo de relacionamento entre as famílias de educandos de inclusão e as daqueles sem necessidade especial. Existe uma porção de esforço a ser realizada para que se efetive um acolhimento e socialização real entre os participantes desse tipo de processo. Como se espera pela Declaração de Salamanca (1994):

(...) ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. (1994, p. 5)

Entendendo que este processo é complexo, se percebe a demanda de uma equipe multidisciplinar, pois a aprendizagem e desenvolvimento dos educandos com necessidades educacionais especiais se dará além do cognitivo, ocorrerá também em seu compromisso com os outros fatores apresentados na comunidade escolar.

A presente pesquisa concentrou-se no psicopedagogo como um destes profissionais, para ser estudado em suas contribuições ao processo de inclusão dos educandos e seus familiares, junto à comunidade escolar.

#### **4 O papel do Psicopedagogo na implementação do processo de inclusão**

A psicopedagogia surgiu da interseção entre a psicologia e a pedagogia, um saber constituído a partir de intervenções no campo da educação.

Foi a partir da criação da Associação Brasileira de Psicopedagogia, em 12 de novembro de 1980, que a psicopedagogia começou a se estruturar como profissão à parte, permitindo que a psicologia e a pedagogia dialogassem. O Código de Ética do psicopedagogo, em seu artigo 1º, dispõe que:

A Psicopedagogia é um campo de conhecimento e ação interdisciplinar em Educação e Saúde com diferentes sujeitos e sistemas, quer sejam pessoas, grupos, instituições e comunidades. Ocupa-se do processo de aprendizagem considerando os sujeitos e sistemas, a família, a escola, a sociedade e o contexto social, histórico e cultural. Utiliza instrumentos e procedimentos próprios, fundamentados em referenciais teóricos distintos, que convergem para o entendimento dos sujeitos e sistemas que aprendem e sua forma de aprender. (ABPP, 2019, p. 1)

O campo de atuação do psicopedagogo é extenso, isto o faz um profissional especializado, capaz de articular todos os elementos envolvidos no processo de inclusão de um educando com necessidades especiais, sua família, a comunidade escolar e a sociedade. Em sua formação convergem áreas importantes do conhecimento para desenvolvimento de pessoas e grupos.

Do ponto de vista de Jorge Visca (1987), teórico da epistemologia convergente e influenciador da psicopedagogia no Brasil:

A psicopedagogia tem em seu perfil um caráter independente e complementar, tendo como objeto de estudo o processo de ensino aprendizagem, adotando recursos diagnósticos, corretivos e preventivos próprios, defendendo que nesse processo tem se como base a psicogenética de Jean Piaget, a escola psicanalítica de Freud e a psicologia social de Pichon-Rivière. O desenvolvimento da aprendizagem será influenciado pelas relações sociais e familiares, condições orgânicas, culturais, estímulos e vivências de cada sujeito. (VISCA, 1987, p.16)

O que leva à análise da importância desse profissional no decorrer de um processo de inclusão. Ele trabalhará com o educando em suas necessidades para que se desenvolva integralmente e cumprirá um papel de suporte para os professores no planejamento das aulas e na integração com os outros alunos da sala. Também trabalhará com a família e a comunidade escolar para fortalecer a integração social da criança com necessidades especiais.

Como afirma Bossa (2000, p. 91), “cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo de aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo”.

A educação especial conta com o olhar deste profissional, mais atento e cuidadoso para as necessidades de cada aprendiz e de sua família. Sua sensibilidade frente às particularidades proporcionará uma visão mais ampla para auxiliar os docentes na formação dos processos metodológicos adequados, nos planejamentos eficazes de aulas e influenciará a formação de projetos pedagógicos da escola personalizados.

O psicopedagogo atua nessa mediação entre escola-família-sociedade que envolve os educandos com necessidades educacionais especiais. Os resultados de aprendizado e

socialização destes grupos efetivarão o alcance das leis e movimentos em prol dessa comunidade.

## **5 Análise dos resultados**

Como resultados da pesquisa bibliográfica realizada neste estudo, foram obtidas respostas às inquietações sobre a importância do acolhimento e atendimento da família de um educando de educação especial, na mesma condição que a busca por sua inclusão.

Os estudos mostraram que leis, documentos e movimentos em prol da ambientação e inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais têm como principal foco o indivíduo e insistem na necessidade de organizar um processo com todos os envolvidos, de forma efetiva.

Confirma-se que a família e a escola são os dois grupos indispensáveis nesse processo, porém observa-se o quanto precisam de outros recursos, como poder contar com profissionais especializados e grupos da comunidade escolar e da sociedade no mesmo ciclo.

A hipótese de o psicopedagogo ser um profissional especializado competente para auxiliar os elementos envolvidos nos processos de inclusão, também se confirma a partir da verificação da sua ampla formação e possibilidades de influência sobre os instrumentos que fornecem condições de aprendizado e desenvolvimento do indivíduo junto com seus grupos.

## **6 Considerações finais**

Esta pesquisa possibilitou o entendimento do processo de inclusão escolar de educandos com necessidades especiais. Uma consideração constatada foi a importância de um olhar amplo sobre todos os elementos implicados.

A família, acolhida como um grupo parceiro colaborativo com a escola e com o próprio educando, leva à compreensão da necessidade de maiores estudos e projetos na área. Comprova-se ser necessário continuar essa jornada de pesquisa e incorporação da comunidade escolar e dos elementos relacionados com ela em prol da real inclusão destes educandos —e uma inclusão não somente escolar, mas também social.

A parceria escola-família-sociedade é considerada, nestes estudos, como primordial para que a educação inclusiva se desenvolva plenamente. Isso implica atender o educando com foco no que ele pode conquistar no seu aprendizado cognitivo, emocional e social e entender como a escola pode auxiliar na busca desse ideal, com uma mediação de profissionais especializados, como o exemplo aqui estudado, que foi o psicopedagogo. Esse profissional,

com sua formação e base teórico-prática, pode ser ponte para que todos os implicados no processo tenham êxito na inclusão.

Assim, sugere-se uma pesquisa mais aprofundada no que tange às questões abordadas neste artigo, uma vez que são poucos os autores que discorrem sobre o fenômeno com foco no envolvimento da família e na intervenção psicopedagógica.

## 7 Referências

ABPP. **Código de ética**. Disponível em: <https://www.abpppe.com.br/codigo-de-etica>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BRASIL, 2013. **Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm). Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2001.

BRASIL, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. UNESCO, 1990.

BRASIL, **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 26 fev. 2020.

GLAT, Rosana. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, p. 111- 118, 1996.

MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes; CIA, Fabiana. Educação especial e a relação família - escola: análise da produção científica de teses e dissertações. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 349-358, ago. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0192849>.

MORIÑA, A. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 1, p. 16-25 jan./jul. 2010.

OMOTE, Sadao. Diversidade, educação e sociedade inclusiva. *In*: OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; OMOTE, Sadao; GIROTO, Claudia Regina. **Inclusão Escolar**: as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2008. 15-31 p.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, Apr. 2007 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>.

SANTOS, M. P. dos. A inclusão e as relações entre a família e a escola. **Espaço – Informativo Técnico do INES**, n. 11, p. 40-43, jun. 1999.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília: Ministério da Educação, p. 19-23 Out/2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>, acessado em: 26 fev. 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.